

LF  
320.08  
V614  
EDB

LUIZ VIANA FILHO  
(DEPUTADO FEDERAL)

# EM DEFESA DA BAHIA

*Discursos proferidos na  
Câmara dos Deputados*

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
Rio de Janeiro — Brasil — 1960

LUIZ VIANA FILHO

(DEPUTADO FEDERAL)

---

# EM DEFESA DA BAHIA

*Discursos proferidos na  
Câmara dos Deputados*

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
Rio de Janeiro — Brasil — 1960



## O SR. LUIZ VIANNA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados: ao ocupar a tribuna da Câmara cumpro hoje duplo dever. O primeiro é o de fazer à Casa um pedido e a toda a Nação uma advertência sobre o clima de irritação, de descontentamento e, talvez, mais do que isso, que se está criando na Bahia com a atual política do petróleo seguida pela Petrobrás.

Possivelmente, não terá a Câmara noção exata da gravidade desse problema, que tanto toca a todos nós, baianos, mas ao qual, por certo, não podem ser indiferentes os representantes do País.

Para que se tenha idéia desse clima existente no Estado, desejo inicialmente trazer ao conhecimento da Casa o depoimento da imprensa da minha terra, que, sem discrepância de cor partidária, sem distinção de jornais, é unânime, não somente a apoiar aqueles que, tendo à frente o Governador Juraci Magalhães, se insurgem contra a política petrolífera seguida em relação aos Estados, mas também à maneira por que traduzem esses sentimentos do povo.

Começarei, assim, por ler trechos de artigo recentemente publicado pelo órgão líder dos Diários Associados, portanto, inteiramente insuspeito a qualquer idéia de oposição ao Governo.

Entretanto, nem os jornais da Bahia, nem os representantes do Brasil podem ser indiferentes à política seguida neste instante. Assim, exprimindo muito bem o espírito de revolta que existe na Bahia, diz o «Diário de Notícias» do meu Estado:

«As queixas de anos jamais foram ouvidas. Raras promessas, nunca cumpridas. Há poucos meses, com a presença do governador Juraci Magalhães — cuja insuspeição é total, pois quando Vargas quis fazer a Petrobrás foi buscá-lo para

primeiro presidente da empresa — as queixas começaram a tomar vulto e forma definidos. O assunto foi estudado seriamente. Objetivaram-se providências. Ante a carência de recursos com que luta o grande Estado, cuja receita é pequeníssima, a decisão de obter meios daquilo que o próprio Estado produz, segundo a política do seu governador, alcançou o apelo geral.

O movimento ganhou as ruas».

Está aí, Sr. Presidente, o testemunho de um dos mais importantes órgãos da imprensa baiana, e inteiramente insuspeito a qualquer idéia de oposição ao Governo.

Quero, ainda, chamar a atenção da Câmara para outro depoimento, do «Jornal da Bahia», um dos grandes matutinos do meu Estado, inteiramente independente, novo, que honra a cultura, o civismo e a inteligência da Bahia. É num dos seus editoriais do mês de fevereiro que vou encontrar estas palavras candentes:

«É surpreendente a resposta do Cel. Idálio Sandenberg que os jornais do Rio publicam, às acusações do deputado Luis Viana Filho, de que a direção da Petrobrás vem criando os maiores obstáculos ao atendimento das reivindicações baianas em relação ao petróleo. Surpreendente porque o Presidente da empresa estatal desmente de plano, promessas por ele mesmo feitas na Bahia através de jornais deste Estado».

«Para o resto, o Coronel Sandenberg não tem, sequer explicações. Diz, apenas, que as demais reivindicações baianas não foram atendidas porque são bastante onerosas para a Petrobrás.

Onerosas, em quê? De que maneira se sobrecarrega a empresa estatal ao se estabelecer para a

gasolina produzida com o petróleo do Recôncavo e refinada ali em Mataripe, a gasolina que a Bahia consome, preço igual à da que é vendida no Sul, refinada à base do petróleo importado?

«E verdade é que os baianos que entregam praticamente de graça à Petrobrás o petróleo de seu subsolo, ainda contribuem para a empresa estatal pagando-lhe, pela gasolina, o preço relativamente mais alto do País.»

Então conclui:

«E não obstante, nos vem este seráfico Coronel Sardenberg com o argumento de que as modestas reivindicações da Bahia diante da Petrobrás, tão modestas que as autoridades federais nada lhe tiveram a opor, são demasiadamente onerosas para a empresa. E' uma pilhéria? Porque onerosas, mesma, tem sido para a Bahia, a orientação que os coronéis Sardenberg dão à Petrobrás em detrimento de direito legítimo, indiscutível e impostergáveis deste Estado.»

Por último, quero trazer também a palavra do grande vespertino A Tarde, que sobre o assunto fala com a autoridade de haver promovido as duas conferências de petróleo realizadas no meu Estado. E' justamente num tablôide em que condensou importantes artigos de intelectuais, de economistas, de políticos, de juristas da Bahia em torno do petróleo, que A Tarde assim se manifesta:

«A convocação pela «A Tarde», da Conferência do Petróleo, veto atender a antiga e generalizada insatisfação, sobre o tratamento reservado a esse Estado na distribuição dos benefícios do ouro negro.»

Louvamos os progressos obtidos nesse setor e graças aos quais a Nação caminha para a independência econômica. Dêse nosso apreço pelos serviços de exploração de petróleo na Bahia, dão conta as notas publicadas no presente suplemento informando dos índices alcançados. Como nós, entendem,

porém, órgãos outros representativos que a Bahia faz jus a um quinhão melhor nos resultados da nova indústria».

Se quisesse ainda trazer testemunho tão eloqüente quanto este da imprensa, poderia invocar a moção votada por unanimidade, pela Assembléia do Estado, sem discrepância de qualquer partido ou Deputado, na qual se aplaude a atitude que eu havia tomado aqui detendendo as reivindicações da Bahia. E se aludo a esta moção que tanto me honra, mas da qual não me envidedo, pois sei que é ela, antes de tudo, um estímulo e o revigoramento dessas aspirações da Bahia, não posso deixar de mencioná-lo como documento da mais alta significação, para que se compreenda bem que o assunto para acima das dissensões políticas, pois nesta matéria das reivindicações da Bahia, «cerce de Deus, não temos divisões, nem separações. Estamos todos unidos, sem discrepância, para que a Bahia venha a ter, querendo Deus e permitindo os homens, aquilo a que tem direito inconcusso. Então, se há de perguntar: por que ainda não foram atendidas as reivindicações da Bahia?

Há um ano, Sr. Presidente a bancada do meu Estado, pela sua unanimidade partidária, levava ao Presidente da República memorial em que expunha, de maneira serena e enérgica, as reivindicações da Bahia. Documento da lavra do Deputado João Mendes, honrava não sómente a nossa cultura mas também o nosso civismo, porque nada pedíamos que pudesse ser detrimento à Nação. Queremos ajudar a Petrobrás, o Brasil, e temos certeza e segurança do nosso papel, mas não podemos consentir que, à sombra dessa generosidade da Bahia, se queira espoliá-la no que de direito lhe pertence, mergulhando-a num terrível empobrecimento.»

O Sr. Corrêa da Costa — Permitame. V. Ex<sup>a</sup> sabe da grande simpatia e dos laços que me unem à Bahia. Estou curioso, illustre deputado, em conhecer, se me permite, o resumo das reivindicações daquele Estado.

O SR. LUIZ VIANA — E' a matéria que vou abordar.

O Sr. Corrêa da Costa — Muito agradecido.

O SR. LUIZ VIANA — Mas, Sr. Presidente, que reivindicações eram essas? Que pretendia a Bahia? É naturalmente a pergunta que deve ter ocorrido aos Srs. Deputados, como ocorreu ao nobre e querido amigo Deputado Corrêa da Costa. Pois bem, aqui estão elas: em primeiro lugar, desejamos que o preço da gasolina na Bahia não seja superior ao do produto no Rio e em Santos. É mesmo inacreditável, fantástico, que a Bahia, produzindo todo o petróleo do Brasil, todo o petróleo necessário ao seu consumo e ao do Estado de Sergipe, pague ali gasolina refinada mais cara do que a importada e consumida no Rio de Janeiro e em Santos. Por que? Respondem com a alegação capciosa de que na composição dos preços da gasolina e dos combustíveis se incluem as taxas portuárias, que, na Bahia, são mais altas do que no Rio e em Santos. Não é verdade, é mera ficção dizer-se que a gasolina na Bahia é onerada por essas altas taxas, uma vez que ela vai diretamente, na sua totalidade, da Refinaria de Mataripe para os postos de consumo. Como argumento capcioso, falso, se acresce, entretanto, a esse preço justo, uma despesa portuária mais alta que a dos portos do Rio e de Santos, mas que, na realidade, não é paga, não onera o produto. Os baianos são obrigados a pagar mais vinte centavos por litro de gasolina. Quanto representa isso, Sr. Presidente? Em média 150 milhões de cruzeiros auferidos pela Petrobrás, à custa dos consumidores baianos, por uma despesa que não é feita! São 150 milhões de cruzeiros retirados injustamente da economia baiana, por argumentos inteiramente falsos, inteiramente improcedentes, pois contrários frontalmente à verdade dos fatos.

O Sr. Corrêa da Costa — Permita-me. A argumentação desenvolvida outrora para justificar a diferença de preço na Bahia era a de que as companhias importadoras pagavam ao porto da Bahia essa taxa, aliás bastante elevada. O argumento, não tem a menor procedência, pois toda a produção da Bahia, é ali consumida, no Estado de Sergipe e, talvez, em mais algum outro do Nordeste, sem importação. V. Ex.<sup>o</sup> tem carradas de razão para estar revoltado contra o esbulho que se está fazendo. O Conselho Nacional do Pe-

tróleo que, V. Ex.<sup>o</sup> sabe, é o órgão responsável pela fixação dos preços no Brasil.

O SR. LUIZ VIANA — Aliás, Sr. Presidente, eu faltaria a um dever de Justiça se não mencionasse, agora, em resposta ao aparte do nobre colega, a atenção que têm merecido, por parte do Conselho Nacional do Petróleo, as reivindicações da Bahia. Temos ali contado com a boa vontade e, mais do que isso, com a ação do seu Presidente, o ilustre Brigadeiro Henrique Fleiuss. Entretanto, todas as gestões, todas as tentativas do referido Conselho são malogradas pela ação da Petrobrás.

Vou ler um documento, no qual se verifica que, por iniciativa do Sr. Presidente da República, criou-se no Conselho Nacional do Petróleo um chamado grupo de trabalho, destinado a examinar as reivindicações da Bahia. Foi constituído tal grupo, integrado também por um membro da Petrobrás e começou a funcionar. Pois bem, temos tido, não somente a má vontade como a freqüente omissão e ausência do representante dessa companhia, de tal modo que o grupo teve de encerrar os trabalhos. Isso foi consignado neste relatório apresentado ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, que declara o seguinte:

«Quando, a propósito do *royalty* sobre esta operação, o Sr. Eduardo Quintiliano da Fonseca Sobral era o representante da Petrobrás, declarou que a Petrobrás envidaria todos os esforços no sentido de harmonizar os diversos problemas, admitida, porém, a premissa de que a atual percentagem de 5%, firmada na Lei nº 2.004, não seria modificada, formulado o impasse — assim o entendemos — não mais se reuniram os membros do grupo de trabalho».

Como vê V. Ex.<sup>o</sup>, o grupo de trabalho constituído pelo Conselho Nacional de Petróleo ficou na contingência de encerrar seus trabalhos, pela atitude frontalmente contrária tomada pelo representante da Petrobrás. Este documento é oficial, assinado por três membros nomeados pelo C.N.P.: os Srs. José Gabriel, Fontinatti e Sayão Lobato.

O Sr. Corrêa da Costa — Considero inteiramente descabida essa justificativa que V. Ex<sup>a</sup> está apresentando. Perdoe-me a franqueza.

O SR. LUIZ VIANA — Estou aqui para ouvi-lo.

O Sr. Corrêa da Costa — Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, o Conselho Nacional do Petróleo é órgão que depende exclusivamente do Presidente da República. É composto de elementos representativos dos diversos Ministérios e da Confederação do Comércio, e da Indústria, órgãos soberanos, cujos atos são submetidos à apreciação do Sr. Presidente da República. Portanto, a Petrobrás, que é uma produtora de refinados, está em igualdade de condições com a Standard Oil, Texaco e Atlantic. Não pode, portanto, ter a menor interferência nas resoluções do Conselho Nacional do Petróleo. V. Ex<sup>a</sup> há de convir em que o interesse privado não pode prevalecer sobre o coletivo. O órgão específico para estabelecimento e fixação dos preços dos derivados do petróleo é o Conselho Nacional do Petróleo. Assim, não posso concordar com a objeção de V. Ex<sup>a</sup>!

O SR. LUIZ VIANA — Infelizmente, Sr. Presidente, na prática, a teoria é diferente. Meu ilustre colega teria tido a razão, se estivessemos discutindo a teoria; mas na prática, pela importância, pela força, pelo poder de que dispõe a Petrobrás, na verdade ela influi decisivamente nas deliberações do Conselho Nacional do Petróleo.

Mas, Sr. Presidente, já falei do preço da gasolina e dos combustíveis, como reivindicações baianas. Outra é a da majoração do *royalty* insignificante, de 5% dos quais 4% ao Estado e 1% aos municípios. Nesse sentido, atendendo às instruções que recebeu do Governador do meu Estado, tive oportunidade de me encontrar pessoalmente com o Presidente da República e com o Ministro da Justiça, e ambos acordaram em que houvesse elevação do *royalty* para 8%, muito aquém do que pretendíamos. Mas, de qualquer forma, como não estamos para criar embaraços, nem provocar qualquer dissídio, ficamos de acordo em que se fizesse essa pequena majoração.

Entretanto, os meses têm passado e, dada a atitude da Petrobrás, ainda não

foi possível que chegasse a esta Casa, embora decorridos mais de seis meses, a Mensagem prometida pelo Sr. Presidente da República. Estou certo, Senhor Presidente, da sinceridade do Chefe do Estado, ao acordar conosco essa majoração. Mas isso vem provar que a Petrobrás, em muitos casos, é muito mais forte do que o próprio Presidente da República, que o próprio Ministro da Justiça, que até hoje não tiveram meios de fazer chegar a esta Casa do Congresso a Mensagem pedindo o aumento do *royalty* do petróleo para os Estados produtores.

Sr. Presidente, esse é também o caso da instalação da indústria petroquímica na Bahia. Tanto, ou mais do que qualquer outro desses itens, interessa ao meu Estado a instalação de uma indústria petroquímica, única maneira de resarcir a política de isenção do petróleo através do imposto único.

Eu queria fazer aqui um parêntese para lembrar aos nobres colegas que, se o petróleo, houvesse sido descoberto há 25 anos, antes da lei do imposto único e quando a riqueza do subsolo era tributado pelos Estados, quando era possível taxar o petróleo pelos Estados, teríamos hoje a maior fonte de renda para o Estado da Bahia. Entretanto, com a política que se criou e que não desejo comentar nem contrariar, a verdade é que na Bahia se está verificando que, enquanto todos enriquecem, com o petróleo, a Bahia se empobrece cada vez mais.

Mas, quero voltar ao assunto da petroquímica. Até hoje, embora ampliada a refinaria de Mataripe, não se instalou uma unidade sequer de indústria petroquímica, que seria fonte para os impostos baianos, que seria a fonte natural para a arrecadação do meu Estado. Por quê não se fez? Ainda aí pelo descaso, pela maneira por que a Petrobrás se tem conduzido nessa matéria. Disso trago testemunho, ou depoimento, que acredito bem eloqüente: previda pelas instruções do próprio Presidente da República, a Petrobrás teve de baixar, em setembro do ano passado, a resolução número 30, de 16 do mesmo mês. Era uma resolução criando dentro da Petrobrás uma Comissão destinada a tratar da instalação da petroquímica ou da indústria petroquímica na Bahia e, dela

dêu-me conhecimento o próprio ministro Falcão. Na mesma resolução, era dado prazo de seis meses para serem concluídos os estudos, projetos e providências para o imediato funcionamento da fábrica de asfalto, da fábrica de negro fumo e outras que devem compor o parque industrial da petroquímica na Bahia. E atribuía-se um prazo de 4 meses para concluir também estudos, projetos e providências que permitissem a imediata instalação de uma fábrica de fertilizantes na Bahia.

Pois bem, Sr. Presidente, decorreram os 4 meses, os seis meses e, até hoje, não há notícia de que qualquer conclusão por parte dessa Comissão Instaurada pela própria Petrobrás. E' a política de ganhar tempo, porque, ganhando tempo, ela está ganhando nosso dinheiro; e está prejudicando nosso Estado, à custa do nosso petróleo.

O Sr. *Antônio Carlos Magalhães* — V. Exa. aborda com muita propriedade, o que aliás caracteriza a atuação parlamentar de V. Exa., ...

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço.

O Sr. *Antônio Carlos Magalhães* — ...um assunto da maior importância para o Estado que temos a honra de representar. E V. Exa. está sendo realmente muito preciso, não nas acusações, mas nas críticas inteiramente justas que vem fazendo. Ainda mais, levo ao conhecimento de V. Exa. — talvez V. Exa. já saiba, o Estado se comprometeu com a Petrobrás a empregar a diferença do aumento do *royalty* da indústria petroquímica como contribuição do Estado para que ela fosse logo estabelecida. Toda essa boa vontade, o Estado tem demonstrado, mas a Petrobrás, tendo à frente o Coronel, hoje General Idálio Sardenberg, se vem mostrando insensível aos problemas da Bahia. De modo que V. Exa., com muita propriedade, nesta hora não representa apenas a sua voz, nem tão somente da nossa bancada; representa o pensamento unânime da Bahia, de revolta contra a orientação da Petrobrás.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Exa. e quero declarar que o aspecto abordado por V. Exa. é da maior importância e diz bem da vontade da Bahia, do seu governo, em re-

lação à Petrobrás. De fato, tendo sido alegado pela Petrobrás que o aumento do *royalty* viria dificultar a inversão de capital na indústria petroquímica, o Governo do Estado se comprometeu a que esse acréscimo fosse invertido na própria indústria petroquímica, através da subscrição de ações nas diferentes companhias da indústria petroquímica instalada pela Petrobrás na Bahia.

Não podia, portanto, haver maior demonstração de compreensão e boa vontade do desejo de ajudar a Petrobrás do que essa de que reinverteríamos na própria Petrobrás, nas próprias companhias subsidiárias da Petrobrás, tudo quanto recebessemos como decorrência da majoração do *royalty*.

O Sr. *Alves de Macedo* — Isso aliás seria a continuação da política adotada até agora pelo Estado da Bahia, uma vez que todas as importâncias recebidas em *royalties* são sempre inferiores àquilo que o Governo do Estado tem aplicado em obras de interesse da Petrobrás, como pavimentação de estradas, manutenção de polícia, justiça, etc. Era o esclarecimento que desejava dar.

O SR. LUIZ VIANNA — Grato a V. Exa.

Outro assunto que tem prendido a atenção dos baianos é o caso do gás natural consumido por algumas indústrias baianas.

O Sr. *Mário Martins* — Permita V. Exa., antes de entrarmos nesse capítulo. Se quisermos fazer uma tradução muito elementar, bastante primária sobre a posição da Petrobrás e da política do governo, no que se refere ao petróleo brasileiro, poderíamos dizer que nós, que combatemos o imperialismo das companhias petrolíferas, estamos vendo o País fazer o imperialismo dentro do Estado da Bahia. E' o único Estado produtor, o único pelo menos até agora que dá motivo para a arrecadação dessa grande taxa a favor da Petrobrás e é precisamente o único que não está sendo beneficiado. Assim, poderíamos dizer que a Bahia está sendo vítima do imperialismo da Petrobrás.

O SR. LUIZ VIANNA — E' verdade.

Mas, Sr. Presidente, referia-me ao preço do gás natural consumido por algumas indústrias baianas.



Esse gás era vendido ao preço de 0,77 até dezembro de 1958. Em janeiro de 1959 passou para 0,79, e, em março para 1,13, isto é num espaço de poucos meses a indústria teve esse combustível majorado de 0,27 para 1,13; houve uma majoração de 400%. Por que? Será por que esse gás fôsse necessário à Petrobrás? Não. Até hoje não foi ele utilizado e não se evitou o seu desperdício. Ele está sendo queimado nos campos, porque é o processo inevitável para não contaminar a atmosfera da Bahia. Basta que alguém, à noite, chegue à encosta da cidade de Salvador e se volte para o lado da Refinaria de Mataripe para divisar um cem número de flamas, e fogos, que representam a queima do gás natural que se desprende dos poços petrolíferos.

Ora, nestas condições, quando estão sendo queimados, jogados, portanto, fora milhões de metros cúbicos de gás natural que poderiam ser aproveitados pela indústria baiana, por que, a que título, Sr. Presidente, a majoração desse gás em 400%?

Pois bem, em virtude da grita, dos protestos dos industriais que consomem o gás, o Conselho Nacional do Petróleo, em janeiro, mandou uma Comissão a Bahia para estudar o problema *in loco*. E tive, nessa oportunidade, ocasião de dizer aos representantes do Conselho Nacional do Petróleo que o assunto devia ser estudado, sobretudo, sob o seu aspecto político, isto é, quanto à falta de autoridade, por parte da Petrobrás, incapaz de aproveitar aquele gás, para bater-se pela sua majoração em cifra tão alta. Pois bem, estamos já no mês de abril e até hoje, apesar da conclusão a que chegou aquela Comissão nada foi deliberado, nada foi feito, embora o Conselho Nacional do Petróleo tenha, na agenda de suas decisões, a solução das reivindicações baianas.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães — Tenho a impressão, Deputado Luiz Viana, que nós, da Bahia, devemos usar, nesta Casa, a técnica de conseguir-se as coisas ameaçando. Devemos unir,

todos os partidos baianos aqui representados, e reivindicar, fazendo sentir que só deixaremos de obstruir os trabalhos parlamentares na base do atendimento de, pelo menos, uma parcela das reivindicações baianas. Enquanto não agirmos assim, continuaremos a ser espoliados.

O SR. LUIZ VIANA — Tem V. Exa. toda a razão. Isto apenas deve ser começo de conversa.

Mas, Sr. Presidente; além dessas reivindicações, das quais, nenhuma delas, sequer, foi até hoje atendida soma-se a inacreditável exclusão da Bahia de qualquer posto de direção, de orientação na política nacional do petróleo. Não tem a Bahia um representante no Conselho de Petróleo. Não tem a Bahia um representante na direção da Petrobrás. Ora, sabendo-se, como é inequívoco, que todo o petróleo produzido no Brasil dimana do subsolo baiano, que a Refinaria de Hataripe está hoje em condições de abastecer todo o mercado nacional de lubrificantes, será crível que não tenha a Bahia um só representante?

Pois bem, Sr. Presidente. Agora mesmo, na direção da Petrobrás, que tem os seus órgãos supremos compostos de um presidente, três diretores executivos e três conselheiros, houve uma vaga de conselheiro, em virtude do término de um mandato. Pleiteou a Bahia, pela palavra do seu ilustre Governador, que coubesse ao nosso Estado, já que não podemos ter a presidência da Petrobrás, já que não podemos ter um posto entre os diretores executivos da Petrobrás, que tivéssemos apenas esse lugar mais modesto entre os diretores conselheiros da grande empresa petrolífera. Infelizmente, entretanto, todos os esforços da Bahia, todos os esforços desenvolvidos pelo Governador do Estado, malograram, porque a esse representante da Bahia se opunha um juiz aposentado de Diamantina...

Não sei, Sr. Presidente, se é hoje um título maior do que o de baiano ter servido à magistratura na terra do Senhor Presidente da República. Isso pode acontecer, poderá continuar a acontecer, mas há de acontecer com o protesto da Bahia, com o desgosto da Bahia, com a revolta da Bahia.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor José, 2º Vice) — Atenção! Informo o nobre colega de que o tempo de que dispunha está esgotado.

O Sr. Clemens Sampaio — Permita-me dizer, nobre Deputado, que concordo inteiramente com os conceitos que vem emitindo dessa tribuna, relacionados com a espoliação que sofre a nossa terra. Infelizmente, nunca a Bahia foi tão espoliada quanto tem sido no atual Governo. Pura verdade. Mas, por outro lado, devemos acentuar que a nós, representantes federais do Estado da Bahia, cabe uma grande parte da responsabilidade por essa espoliação, porque, lamentavelmente, nos temos revelado unânimemente divididos. Enquanto assistimos aqui ao espetáculo que dão as representações de outros Estados, como o de São Paulo, como a própria representação de Pernambuco ou a representação do Rio Grande do Sul, para não citar outros Estados, as quais se unem para defender intransigentemente os direitos e reivindicações de sua gente, dificilmente encontramos tôdas as bancadas reunidas para o mesmo objetivo, qual seja o de defender o interesse coletivo da nossa terra.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Exª.

O Sr. Clemens Sampaio — Precisamos, sim, chamar a atenção dos nossos colegas de representação federal. Somos trinta no Congresso Nacional e, no dia em que entendermos que a Bahia deve ser respeitada, ela o será, queira ou não o Governo. Cada um de nós deverá cumprir com o seu dever, aqui levantando sua voz, corajosa e lealmente, para protestar contra toda espécie de espoliação que venha a sofrer o nosso Estado.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães — A espoliação da Bahia, nobre Deputado Clemens Sampaio, vem de muito tempo. Não é um fenômeno atual. Mas realmente temos que reagir para terminar, de uma vez por tôdas, com esta situação. A campanha de «um baiano para a Petrobrás» é muito justa, em função principalmente de que a Petrobrás não atende às reivindicações baianas, nem também permite um baiano em seu conselho para protestar contra esta situação, em nome da Bahia, como V.

Exª o faz agora, com muita propriedade, no Congresso Nacional.

O Sr. João Mendes — O Deputado Clemens Sampaio acaba de dar um aparte a V. Exª declarando que, se os baianos, na Câmara, se unissem para exigir respeito às reivindicações baianas, seríamos atendidos. Já o fizemos, Sr. Deputado. Já encaminhamos um memorial ao Sr. Presidente da República. Fomos todos unidos ao Presidente, e S. Exª não atendeu às reivindicações da bancada.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães — Atendeu em parte.

O Sr. João Mendes — Só resta uma coisa: que o povo baiano tome conta do petróleo da Bahia. E o resto se resolverá.

O Sr. Clemens Sampaio — Não vai tardar muito isto.

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) — Peço ao orador que conclua sua oração, atendendo a que o orador seguinte está aguardando para vir a tribuna.

O SR. LUIZ VIANA — Lamento invadir o tempo do meu nobre colega. Mas, para concluir, e para ressaltar o que há de injusto na prática da política petrolífera da Petrobrás em relação ao nosso Estado, eu perguntaria: Haveria quem pudesse defender a exclusão de São Paulo da política do café? A exclusão do Paraná da política do pinho? A exclusão de Santa Catarina da política do mate? A exclusão do Rio Grande do Norte da política do sal? Ninguém se aventuraria neste País a sustentar que esses Estados produtores pudessem deixar de participar fundamentalmente da orientação nacional no Institutos que congregam esses interesses. Pois bem, infelizmente, é o contrário que se tem timbrado em fazer em relação à Bahia. Embora seja o único Estado a produzir petróleo; embora seja a única Unidade da Federação a contribuir com a sua riqueza para a construção da Petrobrás, está hoje total e inteiramente destituída de qualquer participação na política nacional do petróleo. E' contra isto, Sr. Presidente, que continuará a se levantar, não somente a minha voz, mas a voz de todos os baianos que já não compreendem que isto não tenha sido ouvido, compreendido, sentido, atendido pela Nação. (Muito bem; Muito bem, Palmas. O orador é cumprimentado).



## O SR. LUIZ VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, em que pesem as palavras eloquentes do orador que me antecedeu nesta tribuna, a verdade verdadeira, aquela que dimana dos números, dos números que não mentem, é o progressivo, ininterrupto e continuo abandono dessa infeliz região chamada Norte do Brasil.

Confesso a V. Exa. que desde o momento em que sobre essa desgraçada região se abateu a fúria das águas, muitas vezes tem-se-me confrangido o coração, ao pensar no sofrimento de milhões de brasileiros, que, sem dúvida, teriam melhor sorte se a tristeza da fatalidade da natureza não se somasse também a terrível incúria da administração.

Não desejo, entretanto, Sr. Presidente, perder-me em palavras desse perecimento constante e cada vez maior, dada a diferença de tratamento que se estabelece, terrível discriminação nacional, em que se trata do Sul de uma maneira e o Norte de outra, quando o normal seria que, justamente por necessitar mais, fôsse o Norte objeto do maior cuidado, do maior desvelo, da maior atração por parte dos poderes do País. Entretanto, se consultarmos as próprias publicações oficiais, vamos ver que dia a dia o Norte estará em piores condições que o Sul.

Quero abordar aqui apenas alguns aspectos como sejam o da energia, o das rodovias, o das ferrovias, que considero aspectos fundamentais para a recuperação econômica do Norte do País. Se computamos o que está feito e programado em matéria de energia — e não necessito perder tempo aqui para assinalar o que representa para a vida de qualquer região, para o progresso de qualquer zona, o forne-

cimento da energia elétrica, verdadeira multiplicação por milhões da energia humana — se nos detivermos no exame dos números publicados em órgãos oficiais, verificaremos que em 55 dispuña o Brasil de 3 milhões e 64 mil quilowatts, prevendo-se um aumento para 5 milhões em 1960, e 8 milhões em 65.

Quero agora mostrar como vai ser feito esse aumento de energia de potencial elétrico no País: enquanto para o Sul está previsto um aumento de 3 milhões e 213 mil quilowatts. Para o Norte, Sr. Presidente, há uma estimativa de 150 mil quilowatts, apenas, dos quais, 120 mil em Paulo Afonso, 15 mil de energia termelétrica em Manaus e outros 5 mil em Belém para compor aquele total de 50 mil quilowatts, enquanto para o Sul do País, como disse, está previsto um aumento, de 3 milhões e 313 mil quilowatts.

Se há, no mundo, alguma região capaz de progredir, ciente desta disparidade, eu estaria disposto até renunciar ao meu mandato, porque é uma infelicidade o que está acontecendo. Embora o Norte tenha um grande número de representantes aqui, entre os quais me incluo, vivemos a lançar palavras ao neutro, vivemos a falar e a não ser ouvidos, como se o Governo fôsse composto não de homens que ouvem, mas apenas de surdos.

O Sr. Colombo de Souza — O que se verifica, senhor Deputado, é a mais absoluta decadência política do Norte e do Nordeste brasileiros nesta fase atual da vida nacional. Os representantes daquelas regiões nesta Casa — o que é lamentável — não agem, não se unem na defesa dos interesses das mesmas. Aí está, por exemplo, o Projeto 813 que, em regime de urgência, foi retirado da Ordem do Dia, apesar de estar com votação iniciada, para criar-se uma comissão esdrúxula, anti-regimentada. A finalidade dessa man-

bra se patentou desde logo, e a denúncia nesta Casa: jamais voltaria à Ordem do Dia. Isto significa, nobre Deputado, que aquela região infelicitada, o Nordeste brasileiro, está cada vez mais em decadência política, a ponto de não se saber o que nos aguarda dentro em bem pouco tempo. Talvez sejamos apenas escravos das regiões desenvolvidas do País.

O SR. LUIZ VIANA — O nobre aparteante, que corrobora com minhas idéias, não pode esquecer que, no regime vigente no Brasil, é preponderante a atuação do Poder Executivo. Nada se pode fazer no Brasil sem o Executivo, maxime depois que se inventou essa larga e torpe porta das economias orçamentárias, que tem reduzido o Norte ao nada, porque tudo que aqui colocamos no Orçamento é escamoteado, por meio de planos de economia organizados no DASP, no Catete, e em outros palácios.

O Sr. Colombo de Souza — Concorde inteiramente com V. Exa. Por isso sou parlamentarista convicto. Já escrevi em várias ocasiões, e disse da tribuna, que o parlamentarismo é, antes de mais nada, uma forma de redenção do Nordeste, o processo político pelo qual o Nordeste poderá sentar-se à mesa da União Nacional com os demais Estados do Sul do País.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Exa.

Se passarmos da energia elétrica a outra forma mais nova, que divisamos para o futuro como preponderante, a energia nuclear, vamos ver que todos os problemas existentes no Brasil, todas as tentativas feitas e programadas no país estão focalizadas na região do Sul. Prevê-se, para a construção pela Ceave, de Paris, de uma usina em Poços de Caldas. A Ceave tem programada a instalação de ultra centrífuga no Estado do Rio de Janeiro. Em Areal deverá ser construída outra usina, pela Americana Foreign Power e, em São Paulo, em Jurumirim, cogita-se, também, de outra instalação de energia nuclear.

São estes os programas existentes, hoje, no País, e nenhum sequer cogita

da imensa e infeliz região que está ao norte do Rio de Janeiro.

O Sr. Colombo de Souza — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LUIZ VIEIRA — Com prazer.

O Sr. Colombo de Souza — V. Exa. está-se referindo a um assunto de magna importância. A diferença, hoje, entre o Sul, desenvolvido, e o Norte, subdesenvolvido, é muito maior do que entre o Brasil e as nações industriais, portanto a renda média de São Paulo é superior 3 vezes à renda média, per capita, de um Estado como o Piauí. Portanto, o desnivelamento é, realmente, estrondoso. Mas o que vai acontecer, daqui a cinco anos, quando forem executados os planos de desenvolvimento industrial que estão sendo projetados e estão em curso no Sul do País, então a diferença entre o Sul, desenvolvido e o Norte, subdesenvolvido, será tamanha que não suportará, talvez, a unidade nacional, muito embora o nosso amor, a nossa dedicação e o nosso já longo espirito de sacrifício pelo unidade nacional.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Nem pense nisso, Sr. Deputado.

O Sr. Colombo de Souza — Não é possível continuar-se escravo durante muito tempo, sem um largo sentimento de revolta?

O SR. LUIZ VIANA — Atendendo ao que acaba de dizer o meu ilustre colega sobre a diferença de renda entre a população do Norte e a população do resto do País, eu poderia chamar a atenção para um artigo do economista Celso Furtado, pessoa inteiramente iususpita tais as suas vinculações com a administração atual.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Muito teórico.

O SR. LUIZ VIANA — Mas é justamente pela teoria que nós poderemos chegar à boa prática.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães — Trabalho do mais alto valor.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Não nego.

O SR. LUIZ VIANA — Diz S. Sa. que a renda média da população Nordeste é das mais baixas do Continente, e não chega à terça parte da renda média do Centro e do Sul do País. Mas, Sr. Presidente, já que o meu tempo é escasso e não me posso deter com mais largueza, com maior consideração sobre cada um desses assuntos, desejo abordar agora outro aspecto da questão — o das metas rodoviárias. Em relação às metas rodoviárias programadas para o quinquênio 1956-1960, temos a considerar o que foi previsto para a implantação de estradas simples e para a pavimentação de estradas. Aqui estão os números, os últimos que possuo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem: Prevista uma implantação de 15.210 quilômetros, temos localizados no Sul 62%, ou seja, 9.406 quilômetros, em contraposição a 38%, ou seja, 5.804. Pois bem, Sr. Presidente: Como se já não bastasse essa diferença, como se isso fôsse pouco, na realização dessas metas ainda se aumentaram diferenças. Assim, foram realizados dos 15 mil quilômetros previstos 11.142. Agora, sabe V. Exa. como foram realizados, ou em que proporção foram construídos esses 11.142 quilômetros? Aqui está, Sr. Presidente: 7.952 no Sul do País, 3.190 na região Norte. Por outra. Quando estava programada para o Sul um coeficiente de 62%, na realidade, a construção representou 71% deixando para o Norte apenas 29% em vez dos 38% previsto numa das célebres metas do Governo.

O Sr. Afonso Celso — Permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Afonso Celso — Apenas nobre Deputado, para chamar a atenção de V. Exa. para o seguinte fato: V. Exa. cita dados...

O SR. LUIZ VIANA — Oficiais.

O Sr. Afonso Celso — ... oficiais que beneficiam uma região que naturalmente se desenvolveu e se tornou altamente produtora, em comparação com outra região, ainda em primeira etapa...

O SR. LUIZ VIANA — Por isso mesmo tem de ser mais atendida.

O Sr. Afonso Celso — ... cujo problema primeiro para o Governo é tirá-la do subdesenvolvimento, transformá-la em produtores e dar-lhes então o que naturalmente exigem. Esta, a diferença.

O SR. LUIZ VIANA — E' justamente contra isso que protestamos. O Norte tem fome de estradas, de energia, de assistência. Previu-se uma construção de 6.895 quilômetros de estrada pavimentada, dos quais 5.308 na região sul e 1.577 no Norte, isto é 77% contra apenas 23%. Já era uma cifra clamorosa, mas, se verificarmos o que se fez o que se construiu, na realidade, durante esse quinquênio de metas, constatamos que, enquanto no Sul se realizaram 85% das obras construídas, isto é, 4.531 quilômetros, no Norte essa construção não atingiu senão 817 quilômetros, isto é, o montante apenas de 15%. Isso mostra que os programas, embora medíocres, já feitos em detrimento do Norte, ainda são realizados em piores condições para nós. Enquanto estava previsto que devíamos ter 23%, isso já era pouco, o que se fez foi reduzir essa migalha ainda mais, atingindo apenas a 15% de estradas pavimentadas.

E' com isso que se vive a dizer aqui que o Governo está voltando para o Norte, que tem interesse no Norte, que é mãe do Norte, que é o pai do Norte, é tudo no Norte. Não, Sr. Presidente, é preciso que o Norte saiba que nada disso é verdade...

O Sr. Afonso Celso — Não é o pai, mas é o recuperador.

O SR. LUIZ VIANA — ... que tudo isto é uma farsa, como mostram os números.

O Sr. João Menezes — E' com prazer que ouço o discurso de V. Ex.ª

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex.ª

O Sr. João Menezes — ... porque há poucos dias tivemos oportunidade de ouvir, nesta Câmara, discurso do Líder da Oposição, Deputado Herberth Levy, condenando frontalmente a abertura de estradas para o Norte e extremo Norte, como a estrada Belém-Brasília. Declarou mais S. Ex.ª que o que se deve

fazer é deixar que continuem abandonados os Estados subdesenvolvidos. Nessas condições, quero congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> por tudo isso.

O SR. LUIZ VIANNA — V. Ex.<sup>a</sup> faz bem como nortista que é.

O Sr. João Menezes — O que Vossa Ex.<sup>a</sup> não pode é deixar de reconhecer que o atual Governo vem realizando um esforço hercúleo no setor de construção de estradas de rodagem. Verifique V. Ex.<sup>a</sup> que na região do Nordeste foram construídos 1.069 quilômetros de estradas dos diferentes tipos de revestimento primário, 665 quilômetros, dos quais 527 de estradas de primeira classe.

O SR. LUIZ VIANNA — Mas, enquanto isso, se constróem 9 mil quilômetros no Sul. Cito os números em proporção, não como números absolutos.

O Sr. João Menezes — Quero dizer que nós, do Nordeste e do Norte, devemos pleitear mais de acôrdo com as nossas necessidades.

O SR. LUIZ VIANNA — V. Ex.<sup>a</sup> está satisfeito? É um direito.

O Sr. João Menezes — V. Ex.<sup>a</sup> não pode deixar de reconhecer que o Governo tem colocado em prioridade muitos desses problemas, entre eles o principal para o País — as ligações rodoviárias. Neste ponto, peço a justiça de V. Excelência para o Sr. Juscelino Kubitschek.

O SR. LUIZ VIANNA — Não é o que demonstram os números. São palavras apenas.

O Sr. Alves de Macedo — Eu simplesmente queria fazer um reparo à opinião do Deputado Afonso Celso, pois, se fôssemos admitir como certo seu raciocínio, chegaríamos ao absurdo de aumentarmos a diferença do índice de desenvolvimento que existe entre o Sul e o Nordeste do País. S. Ex.<sup>a</sup> esquece, por certo, que esse desenvolvimento ora observado no Sul, em grande parte, é devido ao Nordeste. No Nordeste, não recebemos financiamentos bancários; no Nordeste não recebemos divisas para importação de máquinas que venham melhorar o nível técnico da nossa agricultura; no Nordeste, não recebemos financiamentos nem ajuda dos

fundos de eletrificação, para construir hidrelétricas que possibilitem surto industrial na região; no Nordeste, não recebemos pavimentação, nem sequer construções de estradas de primeira classe. Quando o Deputado do Pará admite que a Belém-Brasília é uma grande conquista, está, por certo, esquecido de que a Belém-Brasília não passa de uma picada, que nem classificação tem, quando, ao lado disso, vemos que as estradas do Sul, que se dirigem à Brasília, são todas elas pavimentadas. Esse mesmo Governo que esquece, a construção da estrada BR 5, que virá diminuir todo o transporte rodoviário para o Nordeste, em 250 quilômetros, esse mesmo Governo deixou de pavimentar, só em nosso Estado, a Bahia, cerca de 500 quilômetros que eram do seu programa de metas, e não podemos fazer còro com V. Exas., que admitem estar o Nordeste sendo satisfeito.

O SR. PRESIDENTE — Atenção! Interrompo o nobre orador para comunicar que há matéria de urgência na ordem do dia, e às 16 horas deveremos passar essa matéria, na forma regimental.

O SR. LUIZ VIANNA — Sr. Presidente, devo passar agora à meta ferroviária. Nesse setor, em relação ao Sul, estava previsto um total de 3.096 quilômetros, contra 1.550 para o Nordeste. Entretanto, o que se realizou? Enquanto para o Sul, só em terraplanagem, se realizaram 1.695 quilômetros, as cifras do Norte ficaram reduzidas a 639 quilômetros. Quanto ao assentamento de trilhos, não é menor a diferença. Enquanto para o Sul tocaram 610 quilômetros, para o Norte essa cifra se reduz a 256.

Sr. Presidente, vê V. Ex.<sup>a</sup> que se em todos êsses setores se prevê pouco para o Norte, ainda se realiza muito menos do que se prevê nos programas governamentais. Assim ocorre em todos os setores onde seria possível buscar um handicap que contrariasse essa crescente diferença, essa maldita diferença que compromete a própria unidade nacional. É o que se verifica em relação ao alumínio, ao cimento, em que contra 782 toneladas, no Norte, temos no Sul 4.838.

Agora mesmo, em relação à construção naval, uma das velhas tradições da minha terra, que data desde a época colonial, estão sendo instalado três estaleiros, com larga capacidade, todos três localizados aqui no Sul — dois na Guanabara e um no Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. *Alves de Macedo* — E' de se esclarecer que a Bahia vem reivindicando a construção de um desses estaleiros.

O R. LUIZ VIANNA — Em relação a siderurgia, acontece a mesma coisa. Estava previsto, entre 55 e 60, um aumento de 1.162.000 toneladas para 2.300.000 toneladas.

Entretanto, nesse acréscimo em matéria tão fundamental para o desenvolvimento de qualquer região, de qualquer povo, de qualquer Estado, não se previu uma tonelada sequer para toda a região Norte do País. O mesmo acontece com os silos e com os armazéns, com os frigoríficos. Nestas condições, terá de ser cada vez mais agravada a diferença já existente, hoje tão triste, tão clamorosa entre a minha região e a região do Sul.

O Sr. *João Menezes* — V. Ex.<sup>a</sup> deveria examinar a meta do petróleo.

O SR. LUIZ VIANNA — V. Ex.<sup>a</sup> sabe que, em relação ao petróleo, quem menos tem ganho é a Bahia, único Estado a produzir petróleo e nada desfrutar dele.

Afirmo que, do ponto de vista da transferência de rendas, o Nordeste não representa nenhuma carga para as demais regiões do País. Pode-se, entretanto, ir mais adiante e declarar que, no último decênio, o Nordeste prestou uma contribuição substancial para o desenvolvimento da região Centro-Sul. Para compreender esse ponto é necessário ter em conta que o verdadeiro fator limitativo do desenvolvimento do Centro-Sul do País não foram capitais e sim capacidade para importa, ou seja, a cobertura cambial. Para transformar

poupança em capital real, principalmente em capital real reprodutivo, passa-se quase sempre, no Brasil, pelo corredor do câmbio. Ora, se esse corredor não tem sido ainda mais estreito para o inversionista do Sul do Brasil, é graças ao Nordeste. Bastaria lembrar que, entre 1948 e 1956, o Nordeste proporcionou às demais regiões do País um saldo favorável de 638 milhões de dólares, saldo que foi suficiente para cobrir o deficit da balança comercial dessas regiões, o qual se elevou a 552 milhões, e ainda proporcionou uma margem de 74 milhões para atender a outros itens negativos do balanço de pagamentos.

Visto o problema de outro prisma: ao realizar suas compras no Centro-Sul do País, o Nordeste desembolsou, no período referido, uma média de 70 milhões de dólares por ano, contribuindo, assim, como disse, para ampliar aquêle estreito corredor de divisas, ponto de estrangulamento principal do desenvolvimento da região Centro-Sul.

Se ressaltar isso é porque quase 700 milhões de dólares, que representam o saldo da balança comercial do Nordeste foram, absorvidos pela implantação da indústria no Sul do País. Mas estejam certos os Srs. Representantes do País que, se é verdade que nós, neste momento, com o coraçoão confrangido, clamamos, pelo mundo afora, que Orós precisa de nós, não é menos verdadeiro que também o Sul precisa do Nordeste. E' o Sul que precisa do Norte, porque o sul não será estável, não será próspero, não será seguro...

O Sr. *Afonso Celso* — Não é patriótico fazer a distinção entre o Norte e o Sul.

O SR. LUIZ VIANNA — ... se não contar com o Norte igualmente próspero, igualmente atendido pelo Governo nas suas reivindicações, não através de palavras, não através da farsa desses programas, mas atendido na realidade dos números e dos fatos. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)